

Propostas no Congresso constituinte

Empresários querem que dívida vire capital de risco

Da Sucursal de Brasília

Os dois empresários ouvidos ontem pela Subcomissão de Princípios Gerais da Ordem Econômica, Antônio Ermírio de Moraes, um dos proprietários do grupo Votorantim, e Jorge Gerdau Johanpetter, do grupo Gerdau, defenderam a transformação dos cerca de US\$ 20 bilhões da dívida externa das empresas estrangeiras em capital de risco e consideraram a presença de multinacionais no Brasil importante, desde que submetida a controles e fiscalização.

De acordo com o ponto de vista exposto por Antônio Ermírio, o governo deve transformar a dívida externa dos setores energético e siderúrgico estatal — que representam cerca de 70% do total da dívida estatal, que é cerca de US\$ 70 bilhões — em ações preferenciais (que não têm direito a voto) negociadas em bolsa ou mesmo no mercado externo. Com ele concorda Johanpetter.

Os dois empresários também esti-

veram de acordo com relação à oportunidade que deve ter o capital estrangeiro no Brasil. Antônio Ermírio de Moraes disse que ele deve ser obrigado a ter uma composição de 90% de risco e apenas 10% de empréstimo, "invertendo uma relação existente hoje, que obriga a elevados pagamentos em juros".

Gerdau defende o princípio do risco nos investimentos externos no Brasil e propõe que empresas estrangeiras não devem ter direito à remessa de "royalties". "Acho que o capital estrangeiro que participa com as demais empresas no mercado brasileiro, que consegue disputar e deter uma parcela deste mercado nacional, não deve ter direito a remessa de "royalties", disse o empresário, afirmando ainda que "as empresas deveriam até pagar para entrar no mercado" para disputá-lo com as demais empresas brasileiras.

Com relação à reserva de mercado, foram unânimes que todos os países a adotaram ou a adotam para as

indústrias nascentes. Antônio Ermírio defende uma maior integração entre empresas nacionais e estrangeiras, através da disputa pelo risco de mercado e desde que dentro de uma política industrial do governo.

Johanpetter, referindo-se especificamente a reserva de mercado para informática criada em 1984 por lei, disse que ela foi criada "por um aspecto emocional" e um "lobby" inteligente das indústrias. Foi ouvido mais o produtor do que o consumidor". Ele defendeu a adoção de instrumentos mais clássicos de estímulos — como isenções ou restrições fiscais e barreiras alfandegárias — para proteger as empresas nacionais no lugar da reserva. "Defendo uma análise do assunto onde prevaleça critérios de mercado", afirmou. O secretário da SEI (Secretaria Especial de Informática), José Ezil da Rocha, defendeu a reserva, afirmando que ela é necessária para garantir o desenvolvimento mais rápido do setor.

Reforma Agrária

Lula Marques



O ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, fala à subcomissão do Congresso constituinte

Dante quer um módulo agrícola máximo

Da Sucursal de Brasília

Apenas 162 imóveis rurais no país detêm uma área de 36,75 milhões de hectares. Esta área equivale, praticamente, a uma vez e meia a superfície total do Estado de São Paulo. "Enquanto isso, nós precisamos de apenas 43 milhões de hectares para assentar 1,4 milhão de famílias", afirmou ontem o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira.

O ministro entregou aos membros

da Subcomissão da Política Agrícola e da Reforma Agrária a relação dos imóveis com área total igual ou superior a cem mil hectares. A maioria destes imóveis está situada nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Dentre as imensas propriedades, a listagem destaca as terras de propriedade da Manasa Madeireira Nacional S/A, que detêm no Estado do Amazonas quatro milhões de hectares de terra. Esta área é superior a superfície de um país como a Bélgica

(situado ao noroeste da Europa), cujos limites territoriais são pouco mais de três milhões de hectares. A área em poder da empresa é superior a 50% da superfície do município de Labrea (AM) onde se localizam suas cinco propriedades.

Em razão deste quadro, que revela o grau de concentração da terra no país, Dante de Oliveira disse que ele justifica a delimitação de um tamanho ou módulo máximo de exploração agrícola pela futura Constituição.

Direitos do trabalhador

Economistas pedem fusão do FGTS e PIS

Da Sucursal de Brasília

Fusão do FGTS e PIS/Pasep em um único fundo voltado para o financiamento de um programa de seguro-desemprego bem mais abrangente que o atual, capaz de proporcionar ao trabalhador desempregado uma indenização equivalente ao seu salário anterior. A proposta foi apresentada ontem à Subcomissão dos Direitos do Trabalhador e do Serviço Público pelos economistas Fernando Resende e Beatriz Azeredo do Instituto de Pesquisas (Inpes) da Secretaria de Planejamento como contribuição ao novo texto constitucional.

A idéia dos economistas do Inpes, recebida de forma positiva pelos membros da subcomissão, é fundir FGTS e PIS-Pasep de forma a criar um fundo com patrimônio coletivo e não mais individualizado, que possibilite o acesso aos benefícios a todos os trabalhadores, independente de sua posição no mercado de trabalho.

Nessa hipótese, a arrecadação conjunta do FGTS e PIS-Pasep, que somou em 86 Czf 33,4 bilhões, seria dividida em três parcelas. A primeira serviria para o pagamento dos saques normais previstos em lei — aposentadoria, casamento, invalidez, compra de casa própria — deixando de ser pagos, entretanto, os saques por demissão e o abono salarial. A segunda seria destinada aos programas de investimento através da Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que receberam no ano passado Czf 14,4 bilhões.

A terceira parcela financiaria o seguro-desemprego nas seguintes bases: 80% do último salário para rendimentos até três salários mínimos; 50% do último salário para rendimentos de três a cinco mínimos; 30% do último salário para a faixa de cinco a dez mínimos; e para os demais, cinco mínimos. Seria eliminada a exigência de contribui-

ção à Previdência Social de 36 meses nos últimos quatro anos para acesso do trabalhador ao benefício, que hoje retira do programa 53% dos desempregados.

"A fonte de recurso para custeio do seguro não foi definida até hoje e o programa continua sendo financiado por recursos orçamentários, o que o torna altamente vulnerável às disponibilidades de caixa do governo e impede sua ampliação", argumenta Beatriz Azeredo. E afirma que não se justifica a manutenção de fundos individuais, formados com contribuições de toda sociedade, mas que formam patrimônio para apenas uma pequena parcela de trabalhadores que recebe salários mais altos.

A proposta inclui não só a participação dos trabalhadores na gestão do fundo, mas também a criação de mecanismos de penalização financeira às empresas em lugar de fixar um período para a obtenção da estabilidade no emprego.

Finanças

Bancos querem referendo para BC

Da Sucursal de Brasília

O presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Roberto Konder Bornhausen, defendeu a inclusão, na próxima Constituição, de um dispositivo que considere como prerrogativa do Senado Federal referendar os nomes para a diretoria do Banco Central (BC) que forem indicados pelo presidente da República. Na sua opinião, eventuais demissões, na diretoria do BC, também só poderiam ocorrer com a aprovação do Poder Legislativo.

Ao falar perante a Subcomissão do Sistema Financeiro da Assembléia Nacional Constituinte, Bornhausen considerou como "absolutamente desaconselhável" qualquer medida que implique em estatizar o mercado de crédito. Mas defendeu a transferência para a Justiça Federal dos crimes cometidos contra as instituições financeiras, praticadas ou não por seus funcionários.

Para o presidente da CNIF, o mecanismo de concessão de cartas-patentes não deve ser revogado, pois,

conforme argumentou, os bancos "precisam de autorização de funcionamento do governo federal, porque lidam com a poupança popular. A carta-patente é fruto da necessidade", disse. Mas admitiu que, ao longo do tempo, elas se transformam num "bem econômico e são negociadas".

O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), que apresentou uma proposta de tabelar em 12% ao ano os juros reais para o sistema financeiro, perguntou a Bornhausen qual era a sua opinião sobre a eventual inclusão disso na Constituição. "Inviabilizaria totalmente a administração econômica-financeira do país", respondeu o presidente da CNIF.

O presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Sérgio Barcellos, disse que a política monetária atual, ao admitir juros do "overnight" de 0,9% ao dia, estabelece uma "concorrência desleal com o mercado de capitais". Ele explicou que, no Brasil, ao contrário de outros países, a formação de poupança interna está decrescendo: 12% atualmente, contra 23% em 1979.

Dieese propõe reduzir jornada de trabalho

Da Sucursal de Brasília

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) propôs ontem que a nova Constituição garanta três direitos fundamentais ao trabalhador: jornada semanal de quarenta horas de trabalho, liberdade de organização dos trabalhadores em seu local de trabalho e estabilidade no emprego, aliada ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Em audiência na Subcomissão dos Direitos do Trabalhador e do Serviço Público, o presidente do Dieese, Joel de Oliveira, afirmou que o Brasil, apesar de ser a oitava economia mundial, tem uma das maiores jornadas de trabalho do mundo — 48 horas semanais. Entre os sete maiores países capitalistas, a jornada semanal varia entre 37,6 e 42,6 horas. A seu ver, a redução do número de horas de trabalho vai possibilitar a redistribuição dos postos de trabalho.

A avaliação do Dieese é de que a criação do FGTS em 1966 foi a fórmula encontrada pelo governo para acabar com a estabilidade no emprego aos dez anos de serviço. Seus dados indicam que em 85, a taxa média de rotatividade no emprego foi de 33,9%, ou seja, em cada cem postos de trabalho passaram 134 trabalhadores. Nesse sentido, Joel de Oliveira, defendeu a estabilidade no emprego na próxima Constituição, por entender que é a única forma de reduzir a rotatividade de mão-de-obra.

Locais de trabalho

O Dieese quer ver garantida na Constituição o direito de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho para defesa de seus interesses e intervenção na vida da empresa. Esses representantes teriam direito não só a proteção legal reconhecida aos dirigentes sindicais, mas também acesso às informações necessárias ao exercício de sua atividade.

As propostas do Dieese encontraram respaldo junto aos membros da subcomissão. Seu relator, Mário Lima (PMDB-BA) afirmou que seu relatório final, a ser entregue na próxima terça-feira, contemplará as principais reivindicações dos trabalhadores, incluindo a redução da jornada de trabalho, estabilidade e direito de greve.

Ministro acusa proprietários de alterar números

Da Sucursal de Brasília

"Se o cadastro do Incri (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) é falso, é porque são falsas as informações dos proprietários rurais", afirmou ontem o ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, na audiência à subcomissão da Política Agrícola e Reforma Agrária. Segundo, Dante de Oliveira os proprietários sonem informações para reduzir o valor do Imposto Territorial Rural que têm de pagar anualmente.

O deputado Vicente Bogo (PMDB-RS) sugeriu ao ministro que o presidente Sarney envie mensagem ao Congresso, para ser votada em regime de urgência, garantindo à União a posse automática das áreas

decretadas de interesse para o programa de reforma agrária. Dante ponderou que o atual momento político não seria favorável a aprovação de uma proposta de emenda constitucional. Segundo ele, é preferível que este dispositivo seja garantido na futura Constituição.

Pela primeira vez ontem os membros da subcomissão claramente desentenderam-se durante uma audiência pública. O relator deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) indagou ao ministro porque o presidente Sarney não revoga o decreto 74.965/74, que em seu artigo 5º garante aos estrangeiros possuir até um quarto das terras de um município. No questionamento o relator atingiu o deputado Alysso Paulinelli (PFL-MG) que na condição de mi-

nistro da Agricultura no governo do general Ernesto Geisel também assinou o decreto e no momento faz parte da Subcomissão.

Alysso Paulinelli, sem esconder sua irritação, dividiu a responsabilidade com o senador Severo Gomes (PMDB-SP), que também subscreveu o decreto, na condição de ministro da Indústria e do Comércio no governo Geisel.

A discussão ficou mais acirrada quando o relator acusou o deputado Arnaldo Rosa Prata (PMDB-MG) de ser "adversário da reforma agrária". Rosa Prata afirmou que o relator não tinha provas de sua acusação. Disse ainda esperar que as acusações fossem secretas para que as posições de cada constituinte não fossem reveladas.

Proposta fixa limite para propriedade rural

Da Sucursal de Brasília

O relator da Subcomissão da Política Agrícola e da Reforma Agrária, deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) concluiu, na última terça-feira, a sua proposta de texto constitucional sobre a reforma agrária. O documento, com 22 artigos, inova, em relação a atual legislação, quando impede que uma pessoa seja proprietária de área, contínua ou não, superior a cem módulos rurais e fixa para os estrangeiros o direito de possuir terras no país, cuja área não seja superior a três módulos.

Lima Filho rejeita a tese defendida pela Igreja e por mais dezoito entidades envolvidas com a reforma agrária de aplicação do instituto da

perda sumária (confisco) dos imóveis que não cumpram sua obrigação social. Neste ponto sua proposta fica semelhante a do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad). Segundo o relator, direito de propriedade do imóvel rural existe quando simultaneamente: "é racionalmente aproveitado; conserva os recursos naturais renováveis e preserva o meio ambiente; observa as disposições legais que regulam as relações de trabalho e produção; e não excede a área máxima prevista como limite regional".

O relator, ao contrário da Campanha Nacional pela Reforma Agrária e do Mirad, não propõe a posse automática da União nos imóveis decretados de interesses para o programa.

Em sua proposta, a posse está condicionada ao depósito, pela União, do valor declarado para o pagamento do ITR (Imposto Territorial Rural) pelo proprietário. No entanto, só admite que o proprietário conteste judicialmente o valor da indenização e não o ato do presidente da República.

Lima Filho insere ainda uma proposta de política agrícola sob responsabilidade de União, que garantiria preços mínimos, crédito, seguro agrícola, assistência técnica e armazenamento. A liberação de títulos de propriedade aos beneficiários da reforma agrária impediria a alienação da terra pelo prazo mínimo de vinte anos.